

MAPAS E DOCILIDADE DOS CORPOS-TERRITÓRIOS: REDESENHANDO O ESPAÇO AGRÁRIO DO CARIRI CEARENSE

77

MAPS AND DOCILITY OF BODY-TERRITORIES: REDESIGNING THE AGRICULTURAL SPACE OF CARIRI CEARENSE

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>

Cassio Expedito Galdino Pereira

cassio.expedito@gmail.com

Universidade Federal do Pernambuco – UFPE

Recife – Pernambuco – Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-0987-6258>

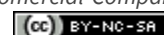
Resumo

Este artigo analisa o imaginário espacial construído pelos mapas históricos que configuram os territórios do Cariri cearense no processo da modernidade-colonialidade imposta pela classe dominante, tendo impacto direto aos sujeitos subalternizados, influenciando no seu modo de vida, seus saberes e fazeres. A partir de levantamentos bibliográfico, documental e cartográfico, mostra-se que este processo se articula com os grandes projetos que vem sendo desenvolvido desde a colonização nessa região para a agroindústria do sistema capitalista, criando uma violência nos corpos-territórios para dominação e docilidade. Nesse sentido, há um redesenho do espaço agrário caririense que se desloca dos povos originários e tradicionais para as lógicas hegemônicas da classe dominante.

Palavras-chave: Cartografia; Modernidade; Territorialidades.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. *Revista Urbano & Rural*, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



Abstract

This article analyzes the spatial imagination built by the historical maps that configure the territories of Cariri Ceará in the process of modernity-coloniality imposed by the dominant class, having a direct impact on subaltern subjects, influencing their way of life, their knowledge and actions. Drawing from a bibliographic, documentary and cartographic survey, it is shown here that this process is articulated with the large-scale projects for the agroindustry of the capitalist system that have been developed since the colonization in this region, creating violence in the body-territories for domination and docility. In this sense, there is a redesign of the agrarian space in Cariri that moves from the original and traditional peoples to the hegemonic logics of the ruling class.

Keywords: Cartography; Modernity; Territorialities.

Submetido em 18 de Julho de 2022

Aceito em 15 de Setembro de 2022

Introdução

Estudar os processos da questão agrária do Nordeste em pleno século XXI nos faz pensar sobre suas várias transformações das condições sociais de acesso à terra, notando a necessidade de tencionar as práticas coloniais impostas às comunidades camponesas. Tais práticas servem até os dias atuais como meio de controle dos sujeitos que vivem no campo, sofrendo inúmeros ataques que acontecem pelos interesses econômicos e políticos do mercado local, nacional e internacional. Nesse sentido, como propõe Manuel Correia de Andrade (2006), necessitamos colocar em conflitos os interesses das classes dominantes que comandam as evocações do Estado, notando o bem-viver dos sujeitos subalternizados. Para chegar às transformações e autonomias dos sujeitos subalternizados é preciso conhecer como se originou a apropriação, ocupação e formação do Nordeste.

Sobre isso, os escritos do professor Manuel Correia de Andrade nos trazem um arcabouço sobre essa região, mostrando o controle social pelas questões econômicas e política, especialmente com a obra 'A terra e o homem no Nordeste' (ANDRADE, 2006). No entanto, algumas questões no âmbito social ainda necessitam serem entendidas, como a construção sociocultural do Nordeste a partir dos mapeamentos oficiais. Assim, a partir da tese defendida por Walter D. Mignolo (2005), propõe-se aqui que os mapas oficiais não só inventaram e

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

delimitaram o Nordeste, mas proporcionaram transformações no imaginário geográfico, bem como na estrutura moderno-colonial de poder nesse território. As repercussões de tais mapas e mapeamentos não são apenas uma reestruturação do Nordeste, mas também uma instauração de corpos-territórios dóceis para usar nos interesses dos grandes projetos territoriais do capital.

Para comprovar tal tese, este texto¹ irá tratar sobre o imaginário espacial feito pelos mapas históricos nos quais aparecem os territórios do Cariri cearense, que desde 1766 até a contemporaneidade vem sendo uma ‘arma’ geoestratégica e geopolítica para consolidar os ideários modernos-coloniais da classe dominante. Desse modo, os mapeamentos oficiais que são realizados vão buscar destruir os territórios dos Kariris, bem como impedir outras territorialidades que não sejam a imposta pelo Estado. Por conseguinte, agora é matematizado e esquadrihado pela cartografia oficial um controle não apenas do território, mas dos corpos-territórios, fazendo com que estes se tornem dóceis para a classe dominante explorar as riquezas e a posição geográfica dessas terras, desenvolvendo sua acumulação.

Vale destacar que a história dos mapas no mundo social e sua relação na Ciência Geográfica na modernidade-colonialidade é bem intensa, contendo várias situações que carecem de pesquisas profundas para a apreensão de como estes intervieram e intervêm em nosso cotidiano. A partir dos levantamentos feitos pelos(as) intelectuais da Nova História da Cartografia (NHC), tendo como principal propulsor John Brian Harley (2005), houve transformações no campo epistemológico e ontológico dos mapas e mapeamentos, onde debates sobre suas relações políticas e socioculturais tornaram-se latentes.

Nesse mesmo período há as releituras sobre a relação corpo-território, tendo uma perspectiva que analisa que o corpo é um componente imprescindível para a produção do território, como aponta Rogério Haesbaert (2020) inspirado no debate feminista e indígena. Assim sendo, corpos-territórios demonstram que há uma ligação umbilical entre sujeitos e territórios e que qualquer dano pode significar consequências ao outro. Então, não se pode distinguir corpo de território,

¹ O presente texto é fruto de resultados preliminares do doutoramento em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação dos professores Claudio Ubiratan Gonçalves (UFPE) e Jörn Seemann (Ball State University).

pois corpo significa sua vida e experiência e é o primeiro território de luta, conforme lembra Haesbaert (2020). Se esses sujeitos morrem, inevitavelmente, acaba o território e se extermina suas histórias territoriais.

Mesmo com toda essa importância, essa temática tornou-se importante e vem se intensificando somente nos últimos anos para pensar o estudo e papel dos corpos nas práticas, bem como disputas de saber-poder e de mapeamentos dos territórios. Logo, o projeto global de apagamentos de outras epistemologias e a busca de um território isotrópico pela dimensão técnica do mapeamento no Cariri cearense alavancaram mudanças no modo de vida societal, bem como provocaram distanciamento e perdas de suas ancestralidades.

A busca por apagar outras territorialidades com suas epistemologias, sejam essas indígenas, negras, camponesas ou outras minorias., é um projeto em curso da modernidade-colonialidade, que apoia a ideia de um Cariri cearense, o Oásis do Sertão, Terra de Padre Cícero ou da Fé. Em outras palavras, o projeto busca apoiar um Cariri da classe dominante, não deixando claro mistificadas, etnicidades, racialidades, multiplicidades, coetaneidade e relacionaisidades distintas. Como consequências se realiza a dessocialização dos corpos com este território dos Kariris e entre outras territorialidades, pois na geopolítica e geoestratégia do capitalismo só há uma única possibilidade de território, o seja, um Cariri construído para apropriação, exploração, pilhagem e saque das riquezas naturais da Chapada do Araripe, bem como a subalternização dos sujeitos para a agroindústria da cana-de-açúcar, algodão, arroz, babaçu, macaúba e outras plantas. Mesmo em processo de r-existências constantes pelos conflitos territoriais que marcaram a região, os corpos-territórios ainda sofrem nas relações de trabalho, fome e miséria. Há uma violência constante que intimida, segrega, silencia e faz adaptar as epistemologias e ontologias dos corpos-territórios à lógica do sistema capitalista, preso nas ideias de universalidade, homogeneidade, linearidade e racionalidade imposta pelo projeto de modernidade aqui apontado. Todas essas são constituídas por estes mapas e mapeamentos que deixaram dóceis os corpos-territórios.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Metodologia

Para o desenvolvimento das atividades inerentes dessa pesquisa foi necessário basear-se em uma metodologia nos fundamentos na análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Assim, seguindo esses princípios, foi usado um conjunto de técnicas para coletar e interpretar os dados presentes nos mapas e discursos acadêmicos, tendo como propósito fazer uma leitura crítica e aprofundada sobre os mapas. Nesse sentido, os mapas tornaram-se pontos de partidas para as descrições e interpretações destes materiais, gerando ao final materiais escritos que poderão subsidiar pesquisas empíricas e/ou estudos de caso.

Por adotar a análise do conteúdo como fundamento, foi necessário fazer interações e aproximações teóricas e empíricas, ou seja, pensar a bibliografia da pesquisa em consonância com a realidade social. Nessa etapa foi levantado o referencial bibliográfico do recorte temático de acordo com o interesse de pensar os mapas como modificadores do imaginário espacial, apagando as territorialidades existentes para impor outra territorialidade. Desse modo, analisamos literaturas que dialogassem sobre colonialidade, formação territorial, Cartografia, grandes projetos e Geografia Agrária.

Em paralelo a esse levantamento bibliográfico foi também realizado o levantamento cartográfico e documental existente da região do Cariri, buscando desde a aparição da primeira vila (Crato) até os mapas que existem nos dias atuais. Este momento foi feito através dos acervos disponíveis em meio digital ou em órgãos e associações que possam ter tais dados, como: Centro de Documentação do Cariri da Universidade Regional do Cariri (CEDOC/URCA); Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Regional do Cariri (LABGEA/URCA); Laboratório de Cartografia da Universidade Regional do Cariri (LABCART/URCA); Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Regional do Cariri (LABGEA/URCA); Instituto Cultural do Cariri (ICC); Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino; e Fundação Biblioteca Nacional.

Essa etapa contribuiu para a próxima, que consistiu na verificação dos contextos dos mapas. Para isso se fez uma análise dos símbolos e toponímias, dos cartógrafos, da sociedade da época produzida e atual, além de realizar uma comparação com outros mapas do mesmo autor ou do

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

mesmo tema (HARLEY, 2005). Nesse viés se alcançou a ação espacial e seus efeitos nos(as) leitores(as), saindo das aparências e indo para a história social existente nessas obras. Para alcançar isso fez-se uma compreensão da realidade, verificando em gabinete quais dilemas e situações estão expostos nos mapas. Ao verificar esses territórios representados pode-se iniciar o levantamento dos eventos históricos, sociais, econômicos e culturais que influenciaram essa representação, tencionando na análise as possíveis transformações e ideologias existentes.

Todo este processo foi anotado para facilitar a última etapa, que é a sistematização dos resultados para mostrar e discutir os primeiros resultados da pesquisa. Nesse momento, inicia-se uma reflexão sobre esses mapas e sociedades, produzindo um acervo de dados com análises desconstrutivista-decoloniais para a estruturação de novos estudos, especialmente empíricos nas comunidades camponesas do Cariri cearense.

Mapas, Cariri cearense e projeto moderno-colonial

Desde a modernidade, a classe dominante elabora mapas para legitimar e controlar os territórios, realizando pilhagem nos territórios, avançando a acumulação por espoliação, bem como levando aos epistemicídios dos saberes-fazer e das epistemologias que os sujeitos subalternizados detinham. Vale ressaltar que, de forma simbólica, mapeamentos são feitos para o interesse de imaginar e organizar o espaço para a manipulação de saber e poder (HARLEY, 2005). Logo, esse processo constitui uma destruição criativa (HARVEY, 2015), levando os sujeitos violentados terem a degradação da capacidade produtiva de compreender fatos e conhecimentos geográficos expostos por diferentes mapas. Nesse ponto, há uma ideia de que a maioria da sociedade, especialmente sujeitos oprimidos e marginalizados, não conseguem ler um mapa, mas não se questiona os motivos e interesses por detrás dessa situação.

Sobre isso Jacques Lévy (2008) nos lembra que a evolução da linguagem cartográfica teve um duplo movimento. De um ponto se especializou em ser propriamente cognitiva, valorizando os usos técnicos, seja militar, administrativo e jurídico, que fez/faz apagar as dimensões do imaginário espacial e mitos nos territórios. De outro ponto houve a padronização de mapas a partir da busca de precisão geométrica e geodésica, originando a Cartografia Matemática. Tais situações entram em consonâncias com o processo de colonização, essencial

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

para a formação territorial do sistema capitalista moderno, que ocasionaram apropriação da natureza, genocídio, epistemocídio, subordinações, bem como domínio, dos saberes e fazeres dos povos originários e tradicionais (SOUSA NETO, 2020). Para isso, Sousa Neto (2020) reforça que sempre existiam teorias geográficas, institucionalizações de discursos e práticas para justificar a colonização, como podemos analisar com os mapas que vão representando e inventando os territórios.

O mapa é a forma universal que demonstra a valorização espacial, que representa nessa lógica do sistema capitalista o espaço natural apropriado e o espaço social, construído ao longo do tempo, derivando-se do trabalho dos sujeitos que criam e materializam valores, levando este a ter qualidades (MORAES, 2000). Pensando os valores materiais e simbólicos no território há nas primeiras representações espaciais do que hoje compreendemos como parte do Cariri cearense um processo de construção da classe dominante, na lógica universal de seus interesses bélicos, demarcando o que havia ali, sejam dilemas, monumentos ou fenômenos, para instaurar grandes projetos que redesenham o espaço. Essa situação pode-se observar no detalhe da carta topográfica de Pernambuco, de José Gonçalves da Fonseca, feita em 1766 (figura 01).

Figura 1 - Detalhe da carta topográfica de Pernambuco com a região dos Palmares circundada em vermelho, de José Gonçalves da Fonseca, 1766



Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar apud Lara (2019).

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Quando se observa esse mapa é necessário verificar que este traz a demarcação de territórios que em determinados momentos na história foram dissidentes, que ao mesmo tempo interligam com corpos subalternizados: negros (quilombo de Palmares) e dos povos originários (Vila do Crato dos Índios Cariris). O projeto moderno-colonial, como mostra Fanon (2008), precisa ser evidenciado nas marcas que deixa no corpo e reverbera no território, como evidencia-se com os corpos não brancos, criando uma relação íntima. Nesse contexto destaca-se que “o corpo é atribuído não apenas pelas determinações físicas do contexto geográfico; mas pelas construções culturais que fundamentam a ideia de espaço, lugar, território, comunidade e contexto” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017, p. 41). Por esse sentido, Cruz Hernández (2017, p. 43-44) mostra a importância de investigar sobre essas construções culturais a partir do termo corpo-território, que:

(...) é uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e a partir de mulheres de povos originários que vivem em comunidade; ou seja, a articulação corpo-território coloca no centro a comunidade como modo de vida. Além disso, ajuda todas as outras pessoas a se olharem territorialmente em diferentes escalas. Já que enfatiza a escala mais micro, mais íntima, que é o corpo. Onde nosso corpo é o primeiro território de luta. No entanto, consideramos que o corpo feminino e outros corpos dissidentes são a encarnação de muitas outras escalas de opressão, de resistência: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena etc. A relação do corpo com essas outras escalas gera uma poderosa dialética entre nossa existência e as relações que a vinculam aos territórios que habitamos.

Cruz Hernández (2017) e Haesbaert (2020) também argumentam que estes corpos são marcados, registrados e ordenados com uma linguagem e epistemologia anterior, estruturada pelos interesses dos atores hegemônicos do capitalismo, que coisificam, racializam e inferiorizam os corpos subalternos, tirando suas terras, suas vidas, seus territórios por diferentes linguagens, como a cartográfica². Assim, a geometrização com as toponímias, como se observa no mapa

² A partir de Girardi (2014) alerta-se sobre a naturalização da cultura cartográfica, fazendo suas autojustificativas pelo processo que ela engendrou, tendo pouca sintonia com a realidade, a epistemologia e ontogênese que necessitamos. Segundo a autora, o mapa é visto como o dado pelos colonizadores. Isso proporciona olharmos o espaço agrário a partir da sua extensão, vendo a geometria com mensurações de distância entre dois pontos para calcular custo, tempo ou outra distância física, deixando oculto seus aspectos sociais. Baseado em Harvey, Girardi (2014) diz

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

supracitado (figura 01), buscam esvaziar as territorialidades existentes para impor a do colonizador, que busca deixar dócil os corpos dissidentes para serem explorados no projeto capitalista, como é o caso do processo de aldeamento dos índios Kariris. Isso acontece porque os povos originários, os Kariris, estavam aqui, cultivando e cuidando das terras, tendo uma espiritualidade e ligação íntima com a terra. No entanto, este projeto colonizador que se inicia busca construir um imaginário espacial com a ideia de civilidade, progresso, desenvolvimento, apagando as territorialidades e epistemologias anteriores, fragmentando e criando docilidade para a subalternidade (MIGNOLO, 2005).

Essa docilidade é bem visível na colonização do Cariri, especialmente no processo de aldeamento nas primeiras décadas do século XVIII, tendo como propósito a espoliação das terras dos povos originários, forçando-os ao deslocamento ou novas territorializações. Segundo Oliveira (2017, p. 20), os aldeamentos trouxeram para os povos originários “uma série de modificações na forma material de sua vivência, ocasionando altos índices de mortalidade; as mudanças nos modos de organizar o trabalho e a produção da vida cotidiana” (OLIVEIRA, 2017, p. 20). Os contatos e relações constituídas foram perdendo saberes e fazeres, por exemplo sua língua, mas resistiram e r-existiram, tornando-se ‘caboclos’ que vivem no pé-de-serra da Chapada do Araripe (OLIVEIRA, 2017), coletando, plantando e lutando para não serem subalternizados.

Cabe salientar, a partir de Oliveira (2017), que os Kariris possuem conexões com o Médio São Francisco, levando aos capuchinhos usarem seu dialeto como suporte para dominação e doutrinação de outros sertões. No entanto, a colonização dos sertões do Cariris Novos se deu de forma tardia em comparação com os outros sertões das capitanias vizinhas. A hipótese para este atraso possa ser pela dificuldade de penetrar a Chapada do Araripe, localização distante do litoral e/ou pela resistência dos povos originários.

Também é preciso dar ênfase, conforme Oliveira (2017) e Gonçalves (2006), às disputas

que tal fato é o impedimento da análise do espaço como sendo relacional, ficando preso apenas ao absoluto e relativo. Logo, devemos saber, bem como usar, mapas para proporcionar uma racionalidade descolonizadora no espaço agrário, trazendo as transformações e conflitos no modo de vida camponês.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

por terras e contra os aldeamentos entre os povos originários e os invasores, originando a resistência armada, intitulada Confederação dos Kariris. Para Gonçalves (2006, p. 43), essa resistência:

(...) quase eliminou a colonização lusa em seus fundamentos. O levante e a revolta dos tapuias contra as fazendas de gado e os povoados dos colonos foi a derradeira gesta no inevitável processo de avanço e apropriação territorial, a partir do litoral, dos europeus sobre os indígenas confederados. O enfrentamento do projeto civilizacional referenciado na propagação da fé cristã e na expansão comercial revelou a desumanidade que compõe todas as guerras.

86

No entanto, no período que esse mapa ficou pronto, aproximadamente oitenta anos depois das primeiras terras concedidas nessa região, os colonizadores já haviam vencido a guerra, com a ajuda da Igreja, penetrando na região e instaurando seus fundamentos (SILVA, 2015). Os aldeamentos que ocorreram na região fizeram com que se silenciassem vozes e corpos dissidentes dos donos das terras. Nesse sentido, concordamos com Césaire (2020) que o colonizador quer controlar o colonizado para o trabalho forçado, o roubo, a intimidação, a violação, as culturas obrigatórias. Assim, esse autor nos ajuda a entender que a ‘desorganização’ dos povos originários e tradicionais que deu lugar aos grandes projetos do colonizador, no ideário de ‘desenvolvimento’ agrícola, acomete uma violência e imposição. Porém, para fazer isso é preciso criar o sistema de ser inferior e servilismo, retirando as sociedades comunitárias de suas terras para constituir a sociedade do capital.

Uma questão importante que este mapa (figura 01) nos mostra é o texto colocado perto do rio Salgado, que está escrito ‘nessa margem do R. Salgado, estão as Minas chamadas dos Cariris que sem embargo [ilegível], ainda nelas há extração de ouro oculta’. Essa informação apresenta a primeira tentativa de ordenar o território para o capital, que foi a exploração de ouro incursada de 1756 a 1758 pela Companhia de Ouro das Minas de São José dos Cariris Novos. Essa Companhia adentrou nas terras Morros Dourados, que hoje conhecemos como Missão Velha, iniciou a mineração, mas não encontrou ouro (SILVA, 2015). No entanto, Silva (2015) aponta essa incursão como proporcionadora para a chegada de novos colonizadores na região, usando das condições geoambientais favoráveis da Chapada do Araripe para o plantio de cana-

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

de-açúcar e a implantação das fazendas de gado, graças às fontes de água.

Outra questão que se pode dialogar é que essas representações, diferentes de mapas anteriores, apagam símbolos pictóricos, deixando estes nos ideais estabelecidos pela modernidade. A partir disso temos uma busca pela representação do espaço em seus aspectos físicos, esquecendo as questões místicas, sociais e culturais que compõe este território como, por exemplo, a representação cartográfica feita por José Gonçalves da Fonseca sobre as minas de Mato Grosso (figura 02), bem como o trabalho de Almeida (2009) sobre os mapas de José Gonçalves que também foram feitos desse Estado.

Ao comparar essa representação de Mato Grosso com o mapa anterior (figura 01), verifica-se que José Gonçalves, “secretário do governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará” (ALMEIDA, 2009, p. 220), segue o padrão dos mapeadores daquele tempo, destacando rios e relevos acentuados para construir os limites territoriais. Pensando a lógica de valorizar o espaço, evidencia-se que a produção mostra um território sem vida, favorecendo a vinda de pessoas e investimentos socioeconômicos.

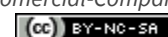
Figura 02 –Carta da configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso



Fonte: Fonseca (ca. 1750).

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



Tendo essas evidências, pode-se considerar que José Gonçalves buscava em suas representações traçar os caminhos, a rede hidrográfica e os acidentes geográficos a partir das técnicas e instrumentos da época. Todavia, uma questão que Almeida (2009) considera sobre Mato Grosso e deve ser pensada nessa representação feita na carta do Pernambuco é o ouro. Tal fato deve-se pela preocupação da Coroa Portuguesa que o ouro em Minas Gerais e posteriormente em Mato Grosso poderia ser contrabandeado para a Coroa Espanhola ou outros colonizadores e/ou invasores, sendo os povos originários possíveis ajudantes dos espanhóis. Por esse motivo, mapear Mato Grosso torna-se fundamental para controlar as minas de ouro, mas também os corpos dissidentes que deveriam ser aldeados, aculturados e catequizados. A partir dessas constatações desse controle dos corpos territórios (povos originários) em Mato Grosso, pode-se avaliar que a Coroa Portuguesa e/ou José Gonçalves deve ter pensado algo semelhante nesse mapa da capitania de Pernambuco, levando a constatar o processo de controle dos corpos dissidentes (quilombolas e indígenas), bem como as possíveis riquezas no território.

Ao longo do século XIX o Cariri vai se constituindo como região, tendo a divisão de duas classes, sendo a “classe dominante, formada por proprietários de terras, políticos e intelectuais locais – que, via de regra, eram também senhores de sítios –, e outra classe, a despossuída, formada por escravizados (até 1884), livres e libertos – os camponeses, em geral” (IRFFI, REIS, 2020, p. 4). Irffi e Reis (2020, p. 4) consideram que a partir dessas:

(...) diferenças econômicas, as distinções políticas eram implementadas. Os cargos políticos nas vilas carirenses, como a chefia do mercado público, ficavam no encargo dos homens mais ricos e que não tivessem entre seus ascendentes o sangue negro, mulato ou nativo. É nesse instante que a sociedade caririense se diferencia das outras porque, nela, a população pobre, camponesa, formada na união entre homens e mulheres negros e nativos vai ser progressivamente destacada e desqualificada pela classe senhorial. Eram os chamados cabras, em geral homens pobres e de cor, cujos serviços eram aproveitados pelos senhores de sítios na lavoura, mas que tinham suas reivindicações engadas. Esse grupo, nem um pouco homogêneo, foi forjado e desqualificado em tempos de seca, de epidemias, e de revoltas, quando as cabras buscaram melhorar suas condições de vida, bem como manter seus costumes e tradições.

Nesse processo os mapas onde há indicações do território caririense vão servir para o

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

interesse da classe dominante, sendo dirigente dessa tirania para manter o poder soberano sobre o território para seus interesses de exploração e subalternização dos despossuídos. Para isso acontecer, engenheiros e militares que faziam o processo de mapear estavam aprimorando suas técnicas e instrumentos em busca da precisão geométrica, que levasse a exatidão para atender os interesses políticos, com efeitos de poder na sociedade e cultura. Eis a situação apontada no mapa de Antônio José da Silva Paulet de 1818. Conforme Jucá Neto (2007, 2010) argumenta que o engenheiro Silva Paulet, apoiado no mapa feito por João da Silva Feijó, apontou as configurações territoriais do que é Ceará, conseguindo traçar este atual desenho do Estado.

Jucá Neto (2007, 2010) revela que desde quando Silva Paulet chegou, no ano de 1812, foi delegado pelo governador Manoel Ignacio de Sampaio que buscava a perfeição nessa carta, mas isso não ficou somente numa questão estética, pois necessitava-se de conhecimentos precisos e desenhos rigorosos da Capitania. Nesse intuito, o mapa deveria conter “a posição exata dos rios (...), anotar sobre a sua manufatura e exportação; a posição, o estado e o melhoramento das estradas; o estado dos presídios da costa e levantar todas as “indagações” que julgasse “para o conhecimento estatístico” do Ceará” (JUCÁ NETO, 2010, s./p.).

De tal modo, o mapa na figura 03 apresenta um Cariri já com suas duas vilas do período, Crato e Jardim, que estão próximo da Chapada do Araripe. Contudo, este mapa nem nas toponímias revela aspectos dos sujeitos que ali vivem, especialmente os territórios dissidentes. Tais atitudes vão de encontro com as políticas públicas feita em oitocentos que ordenam o território para desaparecer a lógica do ‘Seara indígena’, buscando promover a ideia de civilização e que as pessoas ordenassem sua vida para o trabalho (COSTA, 2012). Como Oliveira (2017) argumenta que não há o genocídio completo dos povos originários, as políticas com o mapa de Paulet tentam desenhar um Ceará do atrasado, provocado pelos corpos dissidentes com suas práticas socioculturais precárias e retrógradas, para a modernidade. Costa (2012) observa que o governo de Sampaio (1812-1820) força os indígenas a entrarem nessa lógica de civilização. Todavia, este autor afirma que estes entram em indisciplinamento, fazendo r-existências, que se tornam marcas e monumentos nos territórios.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Figura 03 – Detalhe da carta da capitania do Ceará, de Antonio José da Silva Paulet, 1818



Fonte: Silva Paulet (1818)

Nas comunidades camponesas do Cariri pode-se encontrar muitas dessas práticas através dos saberes-fazeres de comunidades tradicionais no pé-de-serra da Chapada do Araripe, como já apontou Oliveira (2017). Um exemplo são os coletores, rezadores, benzedeiros e parteiras na Chapada do Araripe, que pensam a floresta como lugar sagrado, constituindo aquele circuito para seu ritual, bem como conhecem plantas e árvores podem nos curar ou retirar os males feito por presságios de pessoas negativas e/ou ruins, além de saber trazer ao mundo crianças no ventre das mães.

Outros sujeitos que seguem essa r-existência a modernidade são os/as artesãos, que realizam suas práticas em cerâmica, palha da palmeira de coco babaçu ou outra árvore da região. Estes articulam suas oficinas em suas casas construídas ou na floresta, posicionando uma arte advinda de gerações e com muita misticidade. Essas re-existências, saberes e fazeres são passados de geração em geração, cuidadosamente dialogados entre si, permanecendo em sua maioria na oralidade, que está sendo perdida com o avanço do tempo e a modernização do espaço. Porém, sujeitos ainda salvam alguns saberes pelas brincadeiras infantis, coco de roda, maneiro pau, literatura de cordel, cantorias e repentes.

Porém, mesmo com essas r-existências é evidente que o século XIX foi avassalador resultando no apagamento dessas territorialidades para o projeto de nação ser instaurado. Isso

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

fica evidente com grandes projetos que começam a serem planejados e executados no Ceará, como a ferrovia e a Transposição do Rio São Francisco, que são esquadrinhadas em gabinetes para materializar valores³.

Os ajustes espaciais feitos pelas instituições na crise do capitalismo (HARVEY, 2005) trazem um novo boom nessa história: o mapa deixa de ser usado apenas pelo Estado e profissionais para uma democratização questionável entre a classe não hegemônica. Edney (2019) aponta que este processo se deve pela explosão da mobilidade provocada pelos avanços do capitalismo do século XIX ao XX. Turísticos, comerciais, planejamentos, escolares ou jornalísticos, os mapas entram nas vidas das pessoas como instrumento atraente e envolvente na percepção do espaço (EDNEY, 2019). Nesse ponto fica-se a tarefa de mapear as r-existências, esses corpos dissidentes que (re)exploram, (re)estruturam e (re)criam o mundo pela suas territorializações contra a barbárie instaurada.

A consolidação da cultura cartográfica no Brasil, com o mapa naturalizado, se deve aos avanços de grandes projetos de integração regional e expansão do capital impulsionados no século XX. Esse processo foi crucial para continuar a acumulação das riquezas pelo capitalismo, onde a construção da ciência no Brasil auxilia a retomar o ideário de nação no início do período republicano, destacando instituições que “avocaram os projetos de modernização e integração do território brasileiro” (DUARTE, 2018, p. 17). Duarte (2018, p. 25-26) aponta os planos colocados para:

(...) atender à ânsia modernizadora do Estado republicano e das classes hegemônicas como parte do projeto de dominação e controle do território e de sua população, tendo como lastro teórico as teses geográficas que já circulavam na Europa entre aqueles que se preocupavam com os destinos de um mundo cingido entre potências imperiais e áreas de novas e antigas colônias. Em terras brasileiras, compactuariam deste pensamento instituições e personagens interessados em modernizar e integrar o território a partir de materialidades (como os grandes projetos de ligação ferroviária e telegráfica) e de conseguir mostrar o Brasil como pertencente ao rol das nações “civilizadas”. O conhecimento geográfico do território, traduzido em linguagem cartográfica, servia aos interesses daqueles que pretendiam fazer avançar a “civilização no País” (...).

³ Para aprofundar sobre os mapas desses grandes projetos leia: Seemann (2015); Cortez e Irffi (2016); Cortez (2015).

Diante do contexto, o autor considera que a classe dominante produz raciocínios com a cartografia como instrumento de reprodução da acumulação do capital. Brito (2016) nos lembra do papel do Estado enquanto operador e legitimador para a expansão e integração, como também de impor o discurso nacionalista. O autor argumenta que as grandes obras de integração servem como ratificantes e legitimadores da nacionalidade e a centralidade como discurso, além de serem propulsoras de transformação de modos de vida e produção para se integrar aos ideais do capitalismo mundial.

As concepções do capitalismo mundial são estruturadas no processo colonizador da América Latina em locais considerados terras disponíveis ou vazios demográficos (PORTO-GONÇALVES, QUENTAL, 2012). No caso do Cariri, o quadro se caracterizava por terras disponíveis com recursos e sujeitos não hegemônicos em abundância para serem explorados. Brito (2016, p. 41) esclarece que a abundância dos recursos naturais “acompanhada da construção histórica, política e territorial da posse concentrada da terra, do subsolo e de fontes de água, legou a essa região situações de movimentos migratórios, graves índices de desigualdades sociais, conflitos e processos de resistência”.

Na maioria das vezes esses dilemas aflige e flagela as comunidades camponesas. Essas comunidades vivem em processo solidário (GONÇALVES, 2005), no qual congregam suas experiências, práticas, fé, direitos e/ou alimentos. Nesse sentido, a classe dominante do Cariri coloca a lógica acumuladora na motriz desenvolvimentista o que se deve à sua centralidade no quesito geoestratégico e geopolítico (GONÇALVES, 2005). Sobre isso, Gonçalves (2005) argumenta que por ter uma diversidade de animais e vegetais existentes e se manter nesse território, graças a Chapada do Araripe com sua rica sociobiodiversidade, a região é um lugar geoestratégico. Já na questão geopolítica, o autor declara a posição geográfica onde o Cariri se situa, sendo fronteira de Paraíba, Pernambuco e Piauí. Essa posição afirma que “o Caririzeiro do Ceará está equidistante (*sic*) dos centros de poder das principais capitais nordestinas” (GONÇALVES, 2005, p. 9).

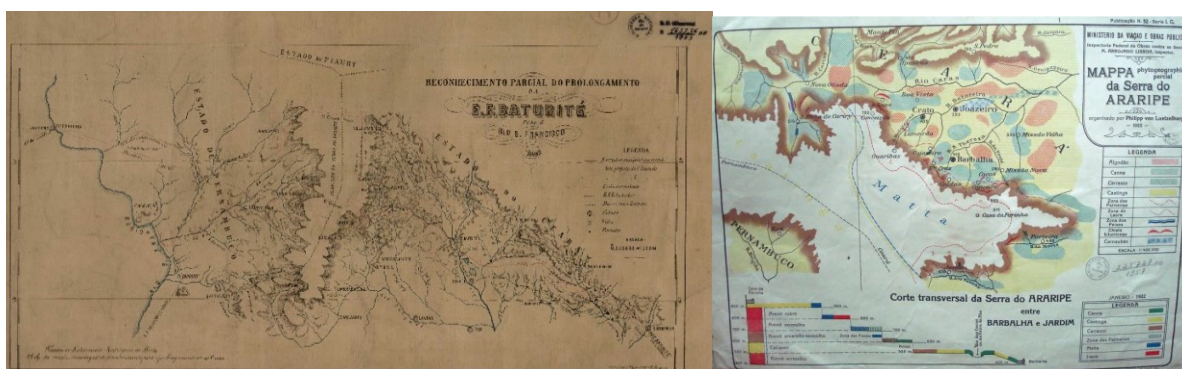
A partir do exposto acima e das reflexões de Porto-Gonçalves e Quental (2012), evidencia-se que as comunidades camponesas do Cariri sofrem violência em ter sua região naturalizada e recortada pelos mapeamentos que acontecem a partir de 1800 e vai até os dias

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

atuais, tendo vários outros mapas produzindo este território, como se ver na figura 04. Essa configuração se deve as tensões entre comunidades camponesas e classe dominante, nas quais se enxerga as expropriações, desterritorializações, silenciamentos, marginalizações e opressões dos saberes-fazeres. Logo, o colonialismo dessa cultura cartográfica persiste e busca invadir e conquistar (PORTO-GONÇALVES, QUENTAL, 2012).

Este processo surge desde a colonização branca até a contemporaneidade que grandes projetos vêm sendo atrelados a esse território. Contudo, pela ânsia da classe dominante no início da república (DUARTE, 2018) há uma leva de projetos transpassando esse território para construir o Cariri a partir da década de 1930 até os dias atuais pelas políticas nacionais desenvolvimentistas (BRITO, 2016). Brito (2016) trata esse período sendo uma continuação do processo de (des)construção realizada anteriormente, no início da república, provocados por conflitos fundiários e transformações territoriais.

Figura 04 – Mosaico de mapas que apagam outras territorialidades



PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>



Fonte 04: Brito (1892); Luetzelburg (1922) *apud* Seemann (2010); Macedo (18--); Anônimo (18--).

A engrenagem dessa ideia é provocada pelas construções de obras, como também pela chegada de autores e instituições, entre os quais se destacam a Estrada de Ferro de Baturité, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Projeto Asimow, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina e o Cinturão das Águas do Ceará (CAC).

Entre as transformações postas pelo mapa está o modo de vida das comunidades camponesas, sendo arrebatadas pelo capital vestida de um caráter ético, criando um imaginário espacial. A ética capitalista já tinha sido alertada por Gonçalves (2005), mostrando que foi implantada entre os camponeses, trazendo disputas, mudanças e conflitos territoriais. Gonçalves (2005, p. 214) alerta que no Cariri se possui:

(...) um Estado de inspiração weberiana caracterizado por impedir a livre iniciativa da sociedade e ser o principal indutor do desenvolvimento econômico. No caso brasileiro, essa relação foi perpassada pela sobreposição dos interesses privados sobre os interesses públicos. Por meio das agências intervencionistas como SUDENE, DNOCS ou CODEC, assistimos as desastrosas políticas de oferta de infra-estrutura (sic) e de incentivo industrial na tentativa de abafar os conflitos sociais, conter a migração e concretizar a modernização das relações de produção.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Todavia, o autor conclui que a r-existência aos projetos megalomaniacos acontece diariamente e as comunidades buscam continuar em seu modo de vida solidário e harmônico com a natureza. Assim sendo, tendo como base estes mapas elaborados ao longo da história da formação territorial e as r-existências, nota-se que o projeto de construir docilidades nos corpos, feitos por diferentes sujeitos ao longo do tempo (Igreja, Estado, empresas ou outro grupo hegemônico), quer desenvolver o território, modernizando o espaço para o capitalismo, levando impactos e ações para a vida dos subalternizados.

Diante de tudo isso, concorda-se com Acselrad (2015, p. 8) que o Estado atua ao longo da história espacial do capitalismo com os mapas para a (re)produção e expansão da acumulação, seguindo dois movimentos: “o da busca de novos horizontes, fronteiras e localizações para a acumulação de riqueza; e o da transformação de espaços pré-existentes, no qual formas sociais não-capitalistas (sic) são desestruturadas, extraindo-se delas terra, trabalho e recursos naturais para serem incorporados aos circuitos da grande produção comercial”. Logo, este processo favorece e legitima conquistas, bem como pilhagens no território, gerando metamorfoses, conflitualidades, desigualdades e r-existências, nas quais necessitam ser estudadas.

Considerações finais

A partir da análise de conteúdo é preciso pensar a influência do mapa que adentrou ou foi feito por esses grandes projetos de integração regional e expansão do capital nas comunidades camponesas. Por esse sentido precisamos notar a produção, circulação e consumo desses mapas dentro desses territórios, bem como produções deles para deslumbrar.

Destaca-se que mapas que não seguem o padrão formal são ditos como errados, levando os sujeitos a serem reféns das cartografias oficiais com sua função posta por quem tem poder no espaço. A complexidade desse espaço agrário é reduzida apenas ao terreno, exterminando os arraigados processos e práticas sociais existentes. É preciso refletir como a tentativa desses grandes projetos buscam internalizar e naturalizar essa configuração territorial pelo mapa como apenas um terreno para os povos tradicionais, analisando os processos de exploração capitalista e r-existências no Cariri cearense.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

O enfoque feito aqui convida a refletir sobre as concepções e interesses da classe dominante por detrás desses mapas para o Cariri, vendo os métodos, abordagens e inovações postas. Por este motivo, questionam-se as apropriações simbólicas com todos seus valores no espaço, que implicam nas questões sociais, econômicas, culturais e históricas. De tal modo, compreender os significados e ideologias apreendidos nesses mapas, como foram brevemente apontados aqui, pode nos direcionar aos efeitos nas (re)produções de conhecimentos, saberes e fazeres no campo, bem como as novas territorializações.

Portanto, este movimento tenciona a contextualização histórico-geográfica vazia, criado pelo modelo racionalista colonizador, que se alia aos avanços capitalistas no intento de eliminar epistemologias e territorialidades anteriores ao capitalismo. Logo, essa análise garante a reconstrução das singularidades espaço-temporais deste local, fazendo críticas ao processo de colonização do pensamento pelos aportes teóricos e metodológicos feito pelo mapa, auxiliando a ida a pesquisas empíricas.

Agradecimentos

Agradeço ao fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa, bem como agradeço aos professores Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves (UFPE) e Dr. Jörn Seemann (*Ball State University*), a todos e todas integrantes que fazem parte do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e os integrantes do Imago da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Referências

ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização – anotações de leitura. In: ACSELRAD, H.; GUEDES, A. D.; JABACE, L. (Org.). **Cartografia social, lutas por terra e lutas por território**: um guia de leitura. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015, p. 8-29.

ALMEIDA, A. F. de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, v. 17, n. 2, p. 215-235, 2009.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o homem no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

ANÔNIMO, A. **Carta da Província de Ceará [Cartográfico]**. [S. l.: s. n.], 18--. 1 mapa ms : col., aquarelado ; 27,7 x 27,7cm em f. 34 x 36. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart231669/cart231669.html. Acesso em: 21 dez. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRITO, F. S. R. **Reconhecimento parcial do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité para o Rio São Francisco [Cartográfico]**. Fortaleza: Lith. Type Ceará, 1892. 1 mapa ; 0,044 x 0,218cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart163336/cart163336.html. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRITO, A. C. R. **Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras, Crato/CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COSTA, J. P. P. A seara ainda é indígena? O Ceará enquanto um não-lugar para os índios (1812-1820). **Veredas da História**, v. 5, p. 40-54, 2012.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2017.

DUARTE, R. B. **Cartografias capitais: os projetos do Mapa Internacional do Mundo e da Carta do Brasil ao Milionésimo (1891-1930)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

EDNEY, M. H. **Cartography: the ideal and its history**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

FANON, F. **Pele Negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, J. G. Configuração da chapada das minnas do Mato Grosso. [S. l.: s. n.], ca. 1750. 1 carta ms. : desenho a nanquim, bico de pena ; 27,2 x 35,7 cm em folha 31,6 x 40,1 cm. In: **Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301644>. Acesso em: 21 dez. 2021.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

GIRARDI, G. Funções de mapas e espacialidade: elementos para modificação da cultura cartográfica na formação em Geografia. **Revista Brasileira de Cartografia** (Online), v. 66, n. 4, p. 861-876, 2014.

GONÇALVES, C. U. **Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri cearense: solidariedade e conflito**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GONÇALVES, C. U. A geografia do ethos capitalista no Cariri Cearense. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 1, n. 223, p. 38-50, 2006.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. **Geographia** (UFF), v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

IRFFI, A. S. C.; REIS, A. I. R. P. C. O Cariri visto de baixo. **Oficina do Historiador**, v. 13, p. 1-13, 2020.

JUCÁ NETO, C. R. Desenhando o Ceará. In: 3º Simpósio Ibero Americano de História da Cartografia, 2010, São Paulo. **Anais...** Agenda para História da Cartografia Ibero Americana, 2010. v. 1. p. 1-20.

JUCÁ NETO, C. R. Sobre a pouca importância do Ceará no movimento expansionista português em direção à América Espanhola. **Trajeto** (UFC), v. 5, p. 265-288, 2007.

LARA, S. H. Palmares Um Reino Africano No Brasil?. In: **Impressões Rebeldes** – documentos e palavras que forjaram a História dos protestos no Brasil, [S. l.], s./p., 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/palmares-um-reino-africano-no-brasil/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 153-167.

MACEDO, M. A. **Mappa topographico da comarca do Crato provincia do Ceará...** [Cartográfico]. Rio de Janeiro: Lith. de H. e Rensburg, 18--. 1 mapa ; 35,2 x 26cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart537652/cart537652.html.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Acesso em: 21 dez. 2021.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, 33-49p.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, A. J. de. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA PAULET, A. J. S. **Carta da capitania do Ceará [Cartográfico] / levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante e ordens Antonio José da S. Paulet**. Rio de Janeiro: Arch. Militar, 1818. 1 mapa ms. : aquarelado ; 65 x 66cm em f. 73 x 72,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529227/cart529227.html. Acesso em: 21 dez. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis** (Santiago. en Línea), v. 11, p. 1, 2012.

REIS, A. I. R. P. C. **O Espaço a serviço do Tempo: A Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

REIS, A. I. R.P.C.; IRFFI, A. S. R. P. C. Cartografias Históricas e modernização do território cearense na segunda metade do século XIX: Primeiros resultados de uma pesquisa. **Revista Porto**, v. 3, p. 27-44, 2016.

SEEMANN, Jörn. **Regional narratives, hidden maps, and storied places: cultural cartographies of the Cariri region, Northeast Brazil**. Tese (Doutorado em Geografia). Department of Geography & Anthropology, Baton Rouge, Louisiana State University, Louisiana, 2010.

SEEMANN, J. Histórias cartográficas do Cariri cearense. In: SEEMANN, J.; RIBEIRO, S. C.; SOARES, R. C. **Geografias do Cariri cearense**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015, p. 35-44.

SILVA, J. F. da. A formação histórico-econômico-territorial do Cariri no contexto ocupacional do semiárido. In: SEEMANN, J.; RIBEIRO, S. C.; SOARES, R. C. **Geografias do Cariri cearense**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015, p. 9-23.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

SOUSA NETO, M. F. Narrativas em História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo. In: SOUSA NETO, M. F.; LIRA, L. A. de; DUARTE, R. B. (Org.). **Geografia da Ciências, dos Saberes e da História da Geografia**. São Paulo: Alameda Editora, 2020, p. 129-134.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 77-100, 2022.< Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255794>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

